

A transfobia ameaça a própria razão de existir do esporte



» MICHEL PLATINI
Tradutor de Libras. Presidente do Estruturação — Grupo LGBT+ de Brasília e do Centro Brasiliense de Defesa dos Direitos Humanos do Distrito Federal (CentroDH)

de uma sociedade excludente.

É preciso dizer com todas as letras: o silêncio da Fifa e do COI diante dessa política transfóbica é cúmplice. Não basta proclamar slogans de diversidade em campanhas publicitárias e se calar quando direitos fundamentais são violados. O esporte é um patrimônio cultural da humanidade e, como tal, deve assumir posição nítida contra toda forma de discriminação. Não fazê-lo é abdicar do papel civilizatório que lhe foi historicamente atribuído.

Nesse contexto, é preciso frisar que Donald Trump não pode impor o seu atraso civilizatório para toda a humanidade. A decisão de banir atletas trans nos Jogos de 2028 não é apenas um retrocesso doméstico: é um ataque aos princípios universais que sustentam a dignidade humana. O mundo precisa reagir, pois o impacto dessa medida vai além das fronteiras dos Estados Unidos. Ao naturalizar a exclusão em um dos maiores eventos esportivos do planeta, abre-se um precedente perigoso que ameaça corroer conquistas históricas de igualdade.

A história nos mostra que o esporte pode ser instrumento de libertação. Basta lembrar do movimento paralímpico, que, desde sua origem, foi fundamental para desconstruir a visão capacitista enraizada em nossas sociedades. Ao colocar pessoas com deficiência em evidência, celebrando suas conquistas e reafirmando suas potencialidades, os Jogos Paralímpicos contribuíram para desafiar estereótipos, influenciar legislações e inspirar políticas públicas mais inclusivas. Se foi possível romper paradigmas em relação à deficiência, por que o mesmo não pode ocorrer com a diversidade de identidades de gênero? O que está em jogo não é apenas a participação em uma competição, mas o direito de existir em igualdade.

Não podemos esquecer que normas e tratados internacionais são claros. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) estabelece que todos

nascem livres e iguais em dignidade e direitos. A Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (1965) e os Princípios de Yogyakarta (2006) reforçam a proibição de discriminação por orientação sexual e identidade de gênero. Mais recentemente, a própria Agenda 2030 da ONU inclui, nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 5 e ODS 10), o compromisso de reduzir desigualdades e promover a igualdade de gênero em todas as esferas, inclusive no esporte. A decisão norte-americana de banir atletas trans vai na contramão dessas obrigações internacionais.

O esporte, portanto, não pode ser tratado como uma ilha isolada da sociedade. Ele é reflexo e, ao mesmo tempo, força transformadora do tecido social. Quando aceita ou silencia diante da transfobia, legítima práticas discriminatórias que se irradiam para fora dos estádios e quadras. Quando enfrenta o preconceito, tem a potência de educar, sensibilizar e abrir caminhos para uma convivência mais justa.

Por isso, é urgente que a Fifa, o COI e todas as organizações esportivas globais assumam postura firme contra políticas excludentes. Não se trata apenas de garantir o direito de competir; trata-se de afirmar que o esporte pertence a todas as pessoas, em sua diversidade. Ele precisa refletir a pluralidade da sociedade, pois, só assim, cumprirá sua verdadeira função: a de ser espaço de acolhimento, solidariedade e mudança de trajetórias.

O futuro do esporte será definido pelas escolhas feitas agora. Se optar pela omissão, será lembrado como cúmplice da exclusão. Se escolher a diversidade, poderá reafirmar-se como ferramenta poderosa de emancipação humana. Que o exemplo paralímpico inspire o movimento olímpico e o futebol mundial: o verdadeiro espírito esportivo não exclui, não discrimina, não se curva a decretos autoritários. Ele acolhe, integra e transforma.

As várias cores de setembro e a saúde de crianças e adolescentes



» ANDRÉA DUARTE NASCIMENTO JÁCOMO
Pediatra, membro do Departamento de Pediatria Ambulatorial da SBP/SPDF e professora de medicina do Ceub

Setembro, além de marcar o início da primavera no nosso país, tem várias cores de acordo com o calendário das campanhas de conscientização do Ministério da Saúde: verde, dourado e amarelo. O texto de hoje traz uma reflexão sobre essas cores e o impacto na vida das crianças.

Nem só agosto é dourado, sabiam? Setembro dourado marca o mês com ações de conscientização sobre o câncer infantil — sim, infelizmente, crianças também desenvolvem vários tipos de câncer e, assim como nos adultos, o reconhecimento precoce e o acesso ao tratamento adequado fazem toda a diferença na vida dos pequenos e das famílias que atravessam essa dura jornada.

Setembro também é verde quando se fala da conscientização e do incentivo à doação de órgãos, tarefa árdua para médicos de todas as gerações, mas fundamental para a sobrevivência de quem lida com doenças graves e precisa de órgãos dos que já se foram para continuar vivendo. O verde, cor da esperança, tenta transformar a dor do luto e ressignificar a continuidade da existência para quem doa e quem recebe em todas as idades.

Por fim, setembro também é amarelo, e é dessa cor que quero me estender mais um pouco. O décimo dia do mês de setembro marca o Dia Mundial de Prevenção do Suicídio e, desde 2014, a Associação Brasileira de Psiquiatria tem a campanha Setembro Amarelo, que abre espaço para diálogo sobre esse tema tão difícil, doloroso e cercado de tabus.

No mundo inteiro, se ouve falar sobre a “epidemia de transtornos mentais que atingiu jovens de vários países ao mesmo tempo,” documentada no livro *A geração ansiosa*, do psicólogo social Jonathan Haidt. Os dados do pesquisador apontam um aumento assustador das taxas de atendimento nos serviços de emergência dos Estados Unidos tanto por automutilação quanto por suicídio na faixa etária de 10 a 14 anos, principalmente a partir de 2010.

A Organização Mundial da Saúde (OMS), em relatório de março de 2025, destaca que, todos os anos, 727 mil pessoas tiram a própria vida e que há um número muito maior que tenta, figurando como a terceira causa de morte entre jovens de 15 a 29 anos. No Brasil, são cerca de 14 mil registros todos os anos, sendo reconhecido como um problema de saúde pública com impactos diretos sobre a saúde mental da família atingida, mas também indiretos sobre escola e comunidade.

Quando se trata da saúde mental da infância e da adolescência, é fundamental entender primeiro que a genética importa. Alguns transtornos têm incidência aumentada e se repetem na família. O ambiente social também é importante: com quem e como se convive influenciam o modo de pensar e o comportamento, principalmente quando o cérebro ainda está se desenvolvendo e a capacidade de julgamento crítico está menos amadurecida que a das emoções e impulsividade.

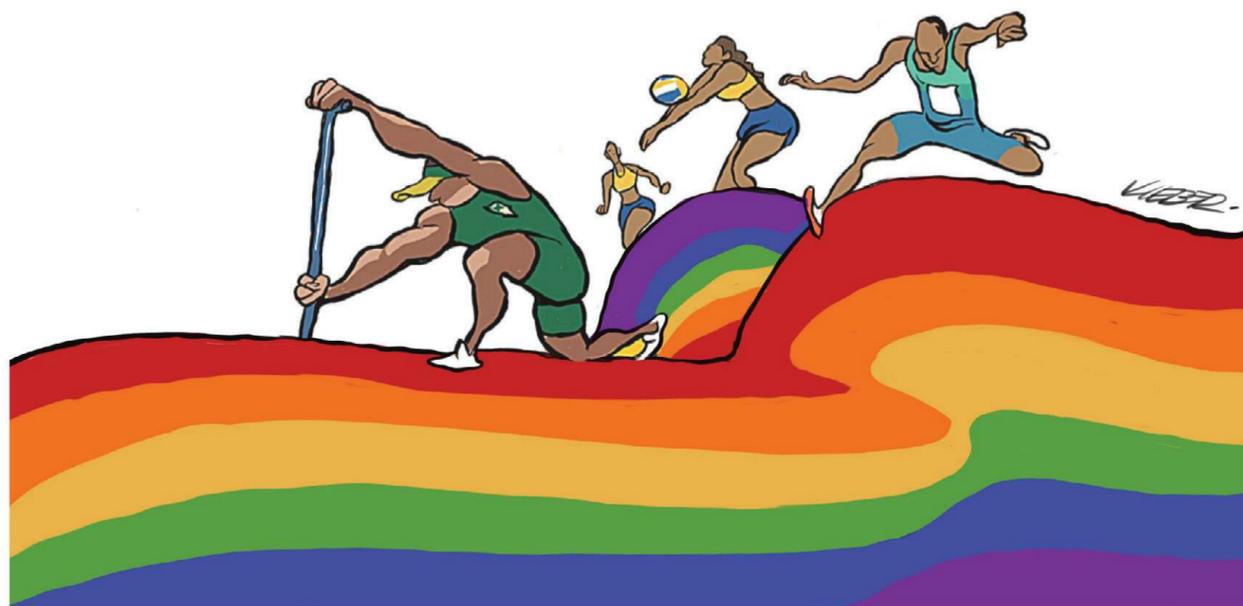
Falar sobre saúde mental nas consultas de pediatria hoje em dia é mais comum que antigamente, mas ainda é uma abordagem cercada de mitos que dificultam o reconhecimento e a prevenção. Acompanhar o crescimento e o desenvolvimento das crianças e suas famílias nos dá a oportunidade de contribuir para um ambiente mais saudável a cada fase. Desde a primeira consulta do recém-nascido e dos recém-papais e mães até as fases mais desafiadoras da primeira infância, da alfabetização aos anos finais, quando escolhas importantes são tomadas, passando pela adolescência, que é justamente quando pode começar a se manifestar alguns dos sinais de ansiedade e depressão.

Crescer e adotar sem adoecer mentalmente tem sido um desafio para essa geração: de um lado, se observa uma cobrança excessiva dos próprios adolescentes e das famílias em relação à performance intelectual ou esportiva com metas inatingíveis ditadas pelas redes sociais abarrotadas de filtros que distorcem a realidade; do outro, a ausência da família que deveria zelar, mas acaba, por uma série de razões, ou mesmo sem razões, terceirizando as funções e, depois, espera que a criança se vire na adolescência e chegue à vida adulta o mais rápido possível.

Principalmente nessa, mas em todas as fases, o olhar cuidadoso para enxergar se as mudanças são as esperadas ou se podem indicar um pedido de ajuda faz toda a diferença. Por isso, entre todas as cores que a primavera e setembro trazem, fica o alerta para uma atenção especial com o amarelo, que adverte sobre a importância de cuidar da saúde mental de quem cuida, dos pequenos e dos já não tão pequenos assim. E “se precisar, peça ajuda!”, como diz o lema da campanha.

Três decisões recentes estremeceram as bases do esporte mundial e revelaram a fragilidade de instituições como a Fifa e o Comitê Olímpico Internacional (COI) diante de disputas jurídicas e políticas globais. A ação coletiva de mais de 100 mil atletas contra a Fifa na Justiça holandesa, a permissão da Corte Europeia para revisar decisões do Tribunal Arbitral do Esporte (CAS) e, sobretudo, a proibição da participação de atletas trans nos Jogos Olímpicos de Los Angeles 2028, decretada pelo governo americano, mostram que o esporte não pode mais se esconder atrás do mito da autorregulação. Ele precisa se reposicionar diante de uma realidade em que os direitos humanos e a dignidade das pessoas devem estar no centro.

O caso dos atletas trans é emblemático. Nos Estados Unidos, país que será sede dos Jogos, a violência contra a população trans é alarmante. Relatórios de organizações internacionais colocam os EUA entre os países com maiores índices de violência transfóbica no Ocidente. A exclusão de atletas trans, ao invés de ser apenas uma decisão esportiva, carrega um efeito pedagógico perverso: em uma sociedade já marcada pela transfobia, reforça estigmas, legitima preconceitos e dá a chancela institucional para que corpos dissidentes sejam tratados como indignos de reconhecimento. O esporte, que deveria ser motor de transformação social, acaba funcionando como espelho



Saúde como motor da economia: o investimento que o Brasil não pode ignorar



» LEONARDO BIA
Vice-Presidente de Assuntos Corporativos e Sustentabilidade da Novo Nordisk

não é gasto — é investimento. A ciência, felizmente, nos oferece hoje ferramentas revolucionárias para mudar essa trajetória. Uma nova classe de medicamentos, liderada pela molécula semaglutida, está redefinindo o tratamento da obesidade e do diabetes tipo 2, e seus benefícios se traduzem em economia direta para os cofres públicos.

Análises de estudos robustos mostram que, além da perda de peso, o tratamento com semaglutida reduz significativamente as internações hospitalares por qualquer motivo. Isso significa menos leitos ocupados, menos gastos emergenciais e mais recursos disponíveis para outras áreas críticas da saúde. Um estudo de vida real (STEER) comprovou uma redução de 57% no risco de eventos cardiovasculares graves, como infartos e AVCs, em pacientes com obesidade e doença cardíaca pré-existente. Outra pesquisa, o estudo FLOW, demonstrou uma diminuição de 24% na progressão da doença renal crônica em pessoas com diabetes tipo 2. Na prática, estamos prevenindo eventos caros, incapacitantes e que sobrecarregam nosso sistema de saúde.

Talvez, o maior ganho econômico venha da prevenção. A mesma terapia demonstrou reverter o pré-diabetes em até 90% dos pacientes, reduzindo em 77% o risco de desenvolvimento de diabetes tipo 2.

Mas como nascem essas revoluções terapêuticas? Elas não são fruto do acaso. São o resultado de décadas de pesquisa, investimentos bilionários e um risco altíssimo. Estima-se que o desenvolvimento de uma

nova molécula custe, em média, US\$ 2,6 bilhões, e que apenas um em cada 5 mil compostos pesquisados chegue, de fato, ao mercado.

Esse ecossistema de inovação depende de um pilar fundamental: um ambiente de negócios que ofereça previsibilidade e segurança jurídica, valorizando a propriedade intelectual. É essa garantia que permite a empresas inovadoras, como a Novo Nordisk, reinvestir massivamente em pesquisa e desenvolvimento, financiando a próxima geração de tratamentos que salvarão vidas.

A escolha do Brasil é estratégica: podemos tratar a saúde como um centro de custo, arcando com as consequências crescentes das doenças crônicas, ou podemos abraçá-las como um vetor de desenvolvimento. Investir em tratamentos inovadores, que mantêm as pessoas saudáveis, ativas e produtivas, e garantir um ecossistema que atraia e proteja a pesquisa de ponta não é apenas uma decisão de saúde pública. É uma decisão econômica crucial para o futuro próspero que todos almejamos.

Nosso compromisso com o Brasil é de longo prazo e se materializa em ações concretas. Investimos R\$ 6,4 bilhões na expansão de nossa fábrica em Montes Claros (MG), o maior investimento farmacêutico privado da história do país, que gerará mais de 7 mil empregos diretos e indiretos. Essa planta, que já é responsável por 25% das exportações de fármacos do Brasil, é um exemplo do que é possível construir quando há um ambiente favorável à inovação.

A saúde de uma nação é o seu maior ativo. Mais do que um pilar social, é um motor de produtividade, estabilidade e prosperidade. No entanto, o Brasil enfrenta uma crise silenciosa que ameaça drenar nossos recursos e comprometer nosso futuro: a epidemia de doenças crônicas, liderada pela obesidade.

Os números são um alerta contundente. Hoje, quase um terço dos adultos brasileiros vive com obesidade, segundo o Atlas Mundial da Obesidade 2025. As projeções indicam que, até 2044, essa condição pode afetar quase metade da população, resultando em 10,9 milhões de novos casos de doenças associadas e 1,2 milhão de mortes, a maioria por eventos cardiovasculares, de acordo com um estudo da Fiocruz. O custo direto para o Sistema Único de Saúde (SUS) com o tratamento de doenças relacionadas ao excesso de peso já ultrapassa R\$ 1,5 bilhão anuais.

Tratar a obesidade e suas consequências não é um custo, mas um dos investimentos mais inteligentes que um país pode fazer. Em outras palavras, saúde